

ENTRE RAÍZES E DESAFIOS: EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO QUILOMBO TANQUE DO PADRE PINHAL NA COVID-19¹

Luciano Fernandes da Costa Campos²

RESUMO

Este artigo explora as experiências do Quilombo Tanque do Padre Pinhal durante a pandemia de COVID-19, destacando os impactos sociais, culturais e de saúde enfrentados pela comunidade. Pretendemos na análise deste trabalho abordar como o racismo estrutural agravou a vulnerabilidade dos quilombolas, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas expôs lacunas nos direitos fundamentais dos mesmos. Além disso, ressaltamos o papel central da etno-história e das relações de parentesco na organização comunitária, bem como a importância dos saberes ancestrais no manejo de plantas medicinais para prevenção e tratamento da COVID-19. A pesquisa, baseia sua estrutura metodológica em, revisões bibliográficas, entrevistas e narrativas orais da própria comunidade, e também discute as estratégias de resistência e sobrevivência, evidenciando a resiliência quilombola em preservar sua identidade cultural e seu território, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia.

Palavras-chave: Quilombo Tanque do Padre Pinhal - história; Covid-19 (doença); sobrevivência; plantas medicinais.

ABSTRACT

This article explores the experiences of Quilombo Tanque do Padre Pinhal during the COVID-19 pandemic, highlighting the social, cultural, and health impacts faced by the community. In this analysis, we intend to address how structural racism has aggravated the vulnerability of quilombolas, while the absence of effective public policies has exposed gaps in their fundamental rights. In addition, we highlight the central role of ethnohistory and kinship relations in community organization, as well as the importance of ancestral knowledge in the management of medicinal plants for the prevention and treatment of COVID-19. The research bases its methodological structure on bibliographic reviews, interviews, and oral narratives from the community itself, and also discusses resistance and survival strategies, evidencing quilombola resilience in preserving their cultural identity and territory, even in the face of the challenges imposed by the pandemic.

Keywords: Quilombo Tanque do Padre Pinhal - history; Covid-19 (disease); survival; medicinal plants.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Fanny Longa Romero.

² Discente do curso de Licenciatura em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Ao observarmos os povos tradicionais quilombolas, conseguimos visualizar uma população que emerge no contexto político e social como guardiões de uma história marcada pela luta e resistência. População essa que também emergem como protagonistas no contexto desafiador da pandemia de COVID-19. Enraizados em seus territórios ancestrais, esses povos carregam consigo não apenas suas histórias de enfrentamento, mas também uma série de articulações e demandas que visam garantir o pleno exercício de seus direitos e deveres. À medida que buscam políticas públicas e o acesso aos serviços de saúde, essas comunidades reativam os marcos temporais de sua trajetória, resgatando lições do passado que ecoam no presente e orientam o futuro.

Este estudo tem como objetivo principal analisar as dinâmicas de resistência e protagonismo dos povos quilombolas no contexto da pandemia de COVID-19, em Particular a comunidade quilombola do Tanque do Padre Pinhal em Poconé-MT, buscando compreender como essas comunidades mobilizaram suas histórias, tradições e articulações políticas na luta por direitos e acesso aos serviços essenciais, como a saúde. A pesquisa também visa identificar as estratégias adotadas por essas situações para enfrentar os desafios pela crise sanitária e como tais ações refletem sua relação histórica de resiliência diante das adversidades. Além disso, busca-se destacar o papel das políticas públicas no fortalecimento de suas demandas e a relevância de suas práticas culturais na preservação de uma identidade coletiva.

Segundo a Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), o termo "quilombo" - originado do quimbundo, idioma africano, falado no noroeste de Angola - tem sido historicamente utilizado para descrever comunidades étnico-raciais no Brasil. As definições atribuídas ao conceito de quilombo são estabelecidas de acordo com os critérios de autodefinição adotados pelas próprias comunidades, refletindo uma compreensão dinâmica e multifacetada da identidade e da resistência afrodescendente no contexto brasileiro. Estas comunidades, ao longo de sua trajetória, desenvolveram histórias próprias, caracterizadas por uma consolidação territorial e por relações singulares que atuam como pilares da preservação da ancestralidade negra diante das adversidades históricas enfrentadas.

Os quilombos representam uma parte essencial da história e da geografia do Brasil, sendo encontrados em todo o território nacional. No entanto, é fundamental destacar que a formação desses assentamentos não se limitou a um único estrato social, mas permeia toda a sociedade da época. Conforme Moura (1993, p. 23) observa, os quilombos no Brasil emergiram

em um contexto em que a mão de obra escravizada era uma das principais fontes de recursos para diferentes setores. Nesse sentido, a construção desses refúgios quilombolas pode ser compreendida como uma resposta à opressão e à exploração enfrentadas pelos afro-descendentes durante o período colonial e além. Essas comunidades autossustentáveis não apenas representaram espaços de resistência contra a injustiça e a desigualdade, mas também evidenciaram a capacidade de organização e a busca de autonomia por parte daqueles que buscavam escapar das garras da escravidão.

Em 1740, o Conselho Ultramarino Português emitiu uma definição oficial para o termo "quilombo", identificando-os como qualquer habitação de negros fugidos que ultrapasse cinco indivíduos, mesmo que não houvesse construções permanentes. Essa determinação reflete a tentativa das autoridades coloniais de estabelecer critérios específicos para identificar e categorizar os quilombos, demonstrando uma estratégia de controle sobre esses assentamentos. Essa definição simplifica a complexa realidade dos quilombos, mas destaca sua importância como espaços de resistência dentro do contexto da escravidão colonial.

Após, uma análise crítica, comparativa, observado por, Munanga (1995/6: 57-63) entre os quilombos brasileiros e as estruturas sociais africanas, concorda, que os quilombos no Brasil são uma reconstrução dos quilombos africanos pelos próprios escravizados como forma de resistência à estrutura escravocrata. Essa reconstrução arquitetou a implementação de uma nova organização política que reunia todos os oprimidos pelo sistema vigente. Essa constatação destaca a continuidade das práticas culturais e sociais africanas entre os escravizados, evidenciando sua habilidade de adaptação e enfrentamento diante da opressão colonial.

Ao longo das gerações, essas comunidades têm enfrentado diversas barreiras no acesso a políticas públicas essenciais, tais como aquelas relacionadas à educação, regularização fundiária de seus territórios tradicionais e em muitos casos a serviços básicos de saúde. Essas dificuldades têm contribuído significativamente para o elevado grau de vulnerabilidade enfrentado pelos quilombos, especialmente em momentos de crises agudas, como foi o período de 2020 a 2023. É importante ressaltar que a garantia limitada dos territórios quilombolas é um dos aspectos relevantes a serem considerados neste contexto contemporâneo, já que a desarticulação dessas comunidades reflete o racismo e o descaso jurídico engendrado para benefício de um sistema excludente.

Em análise aos respaldos legais geridos a essas comunidades, observamos a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989. Conforme estabelecido no Artigo 2º/1, o qual enfatiza que os governos devem assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, ações coordenadas e sistemáticas, com o objetivo de

proteger os direitos desses povos e garantir o respeito a sua integridade. Consideramos o disposto no artigo 68 da Constituição Federal de 1988 que afirma que “A concessão pelo Estado não pode incidir sobre áreas tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, remanescentes quilombolas e demais comunidades tradicionais”, é possível constatar a significativa importância atribuída aos direitos e deveres das comunidades quilombolas no contexto jurídico brasileiro. Essas comunidades, representativas de um importante segmento da sociedade, entretanto, apesar dos avanços proporcionados por tais políticas, é imperativo reconhecer que persistem desafios significativos na efetivação plena dos direitos quilombolas.

Entre os marcos legais normativos, o conceito de quilombo passou por uma ressignificação crucial após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Antes disso, a ideia de quilombo era associada principalmente ao período colonial, como espaços de fuga e insurgências de africanos escravizados. No entanto, com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), o entendimento sobre os quilombos transcendeu esse imaginário histórico, reconhecendo-os como territórios de comunidades remanescentes, ligados por vínculos ancestrais e culturais. Essa mudança no campo jurídico não apenas ampliou o reconhecimento oficial, mas também reposicionou os quilombolas como sujeitos de direitos no cenário contemporâneo.

Entretanto, a luta quilombola por direitos vai além da simples busca pelo reconhecimento territorial, ela se insere em um contexto mais amplo de enfrentamento das desigualdades sociais, do racismo estrutural e da garantia de acesso a políticas públicas. Esse movimento articula ações que partem de uma mobilização comunitária para garantir a titulação de terras até a exigência de condições dignas de saúde, educação e infraestrutura. Nesse sentido, o enfrentamento às desigualdades históricas passa pela construção de alianças políticas, pela judicialização de demandas e pela organização de redes de apoio que visam fortalecer a autonomia das comunidades. A luta quilombola, portanto, não se limita a um passado de resistência, mas se projeta como uma afirmação contínua de direitos, identidades e modos de vida que desafiam as estruturas excludentes da sociedade brasileira.

Tecendo essas dinâmicas sociais, que se constitui no processo histórico da sociedade brasileira, os quilombolas, nesse contexto, organizam-se e aquilombam, estabelecendo uma relação parentesca de preservar, cultivar, e viver suas características de acordo com seus modos, (Bispo, 2015) costumes e sentidos de estar no mundo. Diante disso a problemática que se propusemos a fazer neste trabalho de pesquisa, foi analisar os impactos, estratégias e dinâmicas sociais quilombolas, especificamente do Quilombo Tanque do Padre Pinhal, no enfrentamento a COVID-19 e as políticas públicas negligenciadas. A partir disso levantar uma reflexão sobre

o processo de resistência fincado nos saberes tradicionais que se compõem pelo manejo da espiritualidade, cultivo e uso de ervas medicinais no processo de cura e prevenção, perfazendo um diálogo bibliográfico com teóricos engajados na temática quilombola no Brasil.

Para desenvolver essa análise, o artigo será dividido em tópicos, a fim de setorizar a produção teórica produzida e desenvolvida neste trabalho. Como já observado, na introdução iniciamos contextualizando a temática e justificando a relevância da produção, perfazendo uma discussão teorizada sobre a etimologia de quilombo e seu contexto histórico/social no Brasil. Para os tópicos em sequência, abordamos **2** Etno-história e as relações de parentesco no Quilombo Tanque do Padre Pinhal. **3** A pandemia do Covid-19 nas experiências quilombolas no Brasil, e **4** Sabedoria ancestrais no manejo de plantas medicinais para cura e tratamento da Covid-19. Sendo o último tópico **5** conclusão dos pensamentos e discussões do artigo. A pesquisa foi realizada com base em metodologias de pesquisa bibliográfica e entrevistas com os moradores da comunidade. A utilização da metodologia de pesquisa etno-histórica, permitiu a análise das dinâmicas culturais e territoriais do quilombo, enquanto as entrevistas – em especial, com as matriarcas – trouxeram relatos em primeira pessoa sobre a historicidade do Quilombo, o manejo de plantas medicinais e a resiliência comunitária.

2 ETNO-HISTÓRIA E AS RELAÇÕES DE PARENTESCO NO QUILOMBO TANQUE DO PADRE PINHAL

De acordo com (Gusmão, 2001. p. 342). A identidade dos grupos afrodescendentes, onde estão localizados e por quê, é fundamentalmente definida pelo território que ocupam. Sua conexão com a terra molda diferentes perspectivas de mundo e estabelece o direito de pertencer e permanecer nela. O território se torna um valor vital, um espaço com significado, influenciado pela história específica de cada grupo, sendo multifacetado, dinâmico e sujeito a mudanças. Mais do que simplesmente um espaço físico, a terra é um patrimônio compartilhado que se distingue de outras terras, lugares e grupos. Ela representa relações vivenciadas, resultado do trabalho concreto daqueles que ali habitam, enraizada na memória e na experiência pessoal e coletiva de sua população, tanto presente quanto passada.

Antes de falarmos de Tanque do Padre Pinhal, é necessário fazermos uma introdução no que diz respeito a Poconé, cidade em que se encontra o quilombo. A palavra Poconé é de terminologia indígena e representava o povo Beripoconé que habitavam a região durante o período da invasão europeia. Assim como outros povos, esses foram dizimados pelo processo

colonial, porém ficou o nome, que não deixa de ser a presença e resistência desses povos na cidade, o que desperta interesse de pesquisadores sobre o assunto. Nessa cidade há cerca de 28 comunidades remanescentes de quilombo, certificadas pela Fundação Cultural Palmares entre 2005 a 2016, segundo Costa (2017). Poconé também é conhecida como a capital do pantanal ou coração do Pantanal, está localizada a 105 km da capital, Cuiabá.

Essa região é cercada por um berço de água doce e grandes fazendas de gado, porém, as pessoas acabam vendo apenas por essa lente, deixando menos visíveis, outras configurações que também constitui essa cidade, como as comunidades quilombolas e ribeirinhas presente na cidade, que por muito pouco se houve falar e quando fala é de forma romantizada, assim como se aconteceu no processo de colonização do Brasil. Essa localidade é marcada por um processo de multiculturalidade, entendendo que as culturas são emaranhadas por não serem estáticas nem fixas.

Ao falarmos de cultura, pensamos exatamente nesses povos que constituem um lugar invisibilizado do processo histórico. Pensando nos povos originários e nas comunidades quilombolas, é visível que em Poconé, ficou o desânimo de pesquisar ou se aprofundar mais sobre esses povos, temos nos dias atuais somente uma pesquisadora que fala sobre as comunidades quilombolas presentes na cidade. Esse processo se dá, pelo fato da mesma fazer parte da comunidade Tanque do Padre Pinhal, a Doutora em Educação Benedita Rosa da Costa, que experienciou as vivências e todas as dificuldades que o quilombo enfrenta, desde muito antes da pandemia.

Poconé é um lugar que ao longo dos anos atraiu pessoas de muitos lugares do Brasil, seja pela sua beleza e riquezas minerais, seja para trabalho ou para investimento. A cidade possui em seu entorno, cerca de 40 garimpos, e muitos deles sem registro legal, passando longe da fiscalização e das normas brasileiras para extração de minérios. o que observamos dentre esse contexto, é a exploração excessiva dos recursos naturais e a agressão ao solo, o que trouxe a poluição de rios e terrenos, inclusive alguns deles em territórios quilombolas, além do desmatamento de diversas áreas produtivas da cidade.

A narração complexa da fundação do território Tanque do Padre Pinhal será referenciada neste trabalho através das pesquisas e entrevistas, feitas com pessoas da comunidade, principalmente as mulheres, que possuem papel ativo nos diferentes setores do local, e são peças essenciais para entender a história de construção do quilombo. A análise e construção dessas narrativas, têm uma abordagem etno-histórica, buscando compreender a História dessa comunidade a partir de suas próprias narrativas, a partir de um lugar particular, um lugar de essência e de pertencimento.

Através dos nossos estudos, conseguimos observar que a comunidade se constituiu após um processo complexo de desterritorialização dos primeiros integrantes da comunidade, do município de Nossa Senhora do Livramento-MT até Poconé-MT, que não apenas deslocou fisicamente essas pessoas, mas também influenciou profundamente suas dinâmicas sociais e as relações interpessoais dessa comunidade. As mudanças territoriais não podem ser dissociadas das transformações nas estruturas sociais e culturais dessas comunidades. É através da compreensão desses processos de desterritorialização e ressignificação que podemos apreender as nuances das experiências quilombolas e sua adaptação em diferentes contextos geográficos e sociais. (Costa, 2017, p. 82).

A comunidade constituiu-se a partir do casamento de Benedito Leite de França e Marcolina Anastácia Leite em 1916. Uma herança herdada por Marcolina lhes possibilitou a compra de terras na comunidade Porteirinha, onde constituíram família. Segundo Costa relata:

Na Porteirinha nasceu a primeira filha do casal, Enedina Anastácia Leite (vó Dina), em 14 de Maio de 1918. Moraram por anos na Porteirinha, onde Enedina cresceu e conheceu Euzébio Bruno da Costa e casam-se. Eles, do mesmo modo, ficaram morando na terra de Marcolina com Benedito. No entanto, um fator social e político contribuiu para a saída das famílias, da comunidade da Porteirinha, rumo a comunidade Cotia. A relação conflitante com os fazendeiros. Em Cotia, [...] Os fatos sociais de conflitos que motivaram o deslocamento reaparecem. Os moradores saem à procura de terra para comprar. São informados de que em Poconé-MT encontrariam. Migram-se para o município e situam-se na comunidade rural Córrego Fundo. Não foi o esperado com relação a propriedade. A terra era pequena para o cultivo e cercada por fazendeiros. Mas moraram ali por algum tempo. (Costa, 2017, p. 17)

Nesse processo de idas e vindas, de moradores do atual Quilombo Tanque do Padre Pinhal, ao migrarem-se para sesmaria da peraputanga, hoje atual quilombo, foram então acolhidos pela vizinhança. Onde as relações sociais passaram a se fortalecer nesse espaço, solidificando essas relações e constituindo laços parentescos.

Na Sesmaria da Peraputanga já tinha outros sitiantes como Maria Genoveva, Justi, assim como as famílias Beija com Feliciano, Feliciano com Benedito Tervino, Ana com Femiano, Vicência com Quinti, e Ana com Antônio. Enedina com Euzébio ficaram sabendo que uma de suas vizinhas, Maria Genoveva estava vendendo a sua propriedade na Seis Maria da Peraputanga. Eles resolveram comprá-la. Uma terra muito boa perto dos pais de Enedina. (Costa, 2017, p. 79).

O Quilombo tanque do Padre é uma região afastada cerca de 10km da cidade de Poconé e a estrada é de terra, essa comunidade fica rodeada de fazendas que criam gados para venda. É denominada de sítio pelas pessoas pertencentes, e lá tem algumas cabeças de gados, criação de galinha, plantação de mandioca, banana, entre muitas frutas e hortaliças que alimentam a

comunidade, vivem cerca de 10 famílias nessas terras de aproximadamente 48 hectares, o que não é produzido pela comunidade tem que ser comprado na cidade.

As pessoas que moram na comunidade têm entre 9 a 85 anos de idade, os mais velhos estão todos aposentados e vivem proseando o dia todo, contando para os mais novos os relatos de suas vivências na infância, juventude e velhice. Algo que chama a atenção é o respeito que se tem aos mais velhos e a tradição de pedir a benção, o que não é costume ver na cidade de Cuiabá.

O quilombo, atualmente tem 15 famílias, totalizando 85 pessoas. Dessas famílias, algumas estão morando na comunidade e outras saíram para trabalhar nas fazendas, estão em outros municípios também em outro estado. Algumas famílias retornam para a comunidade nos finais de semana, nos finais do mês ou no período das férias. Os jovens saem para estudar, terminam os estudos e encontram trabalho, retornando para o quilombo nos finais de ano e datas comemorativas. Outros jovens retornam quando terminam os estudos.

Aqui, eu trago um pouco de mim que sou quilombola, reconheço-me, identifico como tal, me auto afirmo, declaro e me auto apresento. Eu estudei no quilombo até a 4ª série e foi a minha tia Rosária Leite a minha primeira professora que me ensinou a ler, compreender, interpretar e escrever na oferta de uma educação escolarizada quilombola, no modelo multisseriado.

A leitura do mundo, eu aprendi na educação quilombola, de modo espontâneo e leve experienciando e experimentando coletivamente com os mais velhos, com os meus contemporâneos e com os mais novos. Quando terminei a 4ª série, eu continuei os estudos na escola Juscelino Kubitschek de Oliveira localizada em um bairro periférico. Depois, eu fui para a escola Prof. Eucares Nunes da Cunha Moraes fazer ensino médio. Hoje, eu estou na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e com muita alegria, contentamento e felicidade, é a realização do meu sonho. Os costumes, crenças e tradições que sustentam o meu quilombo, eu internalizei em mim, apropriei e preservei como herança cultural dos meus ancestrais. Eu nasci no hospital geral da cidade de Poconé-MT e fui para o quilombo. Um lugar marcante para mim. Onde eu aprendi dar os meus primeiros passos, a correr, brincar, pular, cantar, jogar bola, tomar banho no córrego e aprender com os mais velhos.

Então, toda a narrativa que trago aqui sobre o quilombo também é a minha narrativa porque eu sou a continuação das histórias, das narrativas e das vivências. Eu fui uma criança comunicativa e curiosa. Eu sempre estava nos diferentes e diversos espaços e lugares da comunidade onde estavam os mais velhos. Eu sempre perguntando sobre toda as práticas

trabalhista e com isso eu fui aprendendo. Eu estabeleço, através da minha vivência coletiva com os meus, uma relação saudável e inesquecível.

As vontades de realizar quaisquer atividades no quilombo era porque eu ficava instigado pelos serviços dos mais velhos que ali estavam. Eu fui aprendendo acertando e errando porque era o meu dia a dia está ali como diz Moura (2008, p. 66), “as crianças estão presentes em todas as tarefas comunitárias, do planejamento à execução e avaliação das atividades, sempre ao redor dos adultos, de ouvidos e olhos abertos, atentas, de uma maneira natural e descontraída”.

Quanto as práticas religiosas do quilombo, elas são diversas porque os quilombolas se apresentam católicos praticantes pela orientação dos antes passados porém, apresentam práticas religiosas de origem a religiosidades de matriz afro descendente brasileira. Essas práticas se manifestam nos modos de vida curativo e preventivo das doenças, dos hábitos alimentares, do cuidado com a terra, dos meios e modos de produções, no canto, nas rezas, na organização da casa, do terreiro (o terreiro aqui, eu estou referindo a parte externa da casa onde reúne os quilombolas no dia a dia).

Desse modo, eu segui os caminhos das práticas religiosas do meu quilombo, seguindo os mais velhos, eu me tornei um católico e hoje candomblecista e tive esse encontro aqui no estado da Bahia. Eu sou grato ao meu quilombo pelos ensinamentos e pelas oportunidades que deu para que eu possa ensinar também. Desse modo, eu sou grata a Deus e aos orixás pela sabedoria, pela luz, pelo direcionamento, pela guia, pela bênção e pela proteção. Eu reconheço que a prosperidade que então estou vivendo e viverei está sobre as guardas desses altíssimos. Então, eu trago aqui as lembranças que tenho na memória. Segundo Santos (2013):

As memórias, de experiências passadas, está presente em cada palavra que proferimos, em cada passo que damos ou em cada sonho que lembramos. Ela está presente no pensamento, nos sentimentos e percepções, bem como na imaginação. Tudo o que sabemos ou que podemos aprender se deve as memórias que possuímos ou que iremos adquirir. Mesmo considerando a presença da memória em nós, precisamos considerar que esse nós não é uno e indivisível. Nós não somos capazes de lembrar, com todos os detalhes, nem mesmo, um evento vivenciados, algumas horas atrás. (Santos, 2013, p. 109).

O meu quilombo é uma organização contemporânea e sofreu transformação com o tempo. E para entender quilombo nessa dimensão, para José Maurício Arruti (2008 *apud* Costa, 2017, p. 45), falar de quilombos na atualidade é preciso adjetivá-los se remanescentes ou contemporâneos, defini-los se rurais ou urbanos, tipifica-los se agrícolas, extrativistas, nômades ou ainda histórico usado para complementar ou concorrer de modo tanto para especificar quanto

para deslegitimar os quilombos contemporâneos. Precisa também definir os conteúdos que cabe em cada um desses adjetivos já que se trata de uma categoria em disputa.

Sendo assim, no meu quilombo tem casas de alvenaria, de madeira e de barro, é um lugar bem tradicional com barracões de cobertura de palha e de telha. No fundo das terras tem um córrego, cujo relato dos mais velhos, afirma a existência de um fluxo maior da enchente no início da comunidade, sendo inclusive perigoso para banhar, hoje em dia passa só uma água calma e cristalina. Existem muitas espécies de pássaros e outras espécies de animais nativos na comunidade, deixando notória a prova da preservação ambiental dos que moram ali.

Essa comunidade se dedicou às atividades agrícolas que já conheciam, como o cultivo da roça, a moagem da cana-de-açúcar, a produção de melado e rapadura, além da criação de porcos, galinhas e vacas. A organização do Quilombo está intimamente ligada à produção agrícola, existindo grupos de trabalho para os processos do plantio. Quanto aos mutirões (grupos de pessoas), está associado à limpeza, manutenção e colheita da roça, aspectos que ocorrem desde sempre no Quilombo Tanque do Padre Pinhal, segundo relatos da Moradora.

Nos dias atuais, os mais novos seguem observando, ouvindo os mais velhos sobre as práticas de plantio e colheita somado com aspecto espiritual. Na época das enchentes de agosto, costuma-se plantar. Durante esse período, cultivávamos melancias e abóboras. Um dia plantávamos milho e, no dia seguinte, que caía em outubro, passávamos para o arroz. Em novembro ou dezembro, próximo à véspera de Nossa Senhora do Desterro, era o momento ideal para semear arroz. Em Bom Despacho, o dia sete de setembro era reservado para o plantio de milho ou arroz. Quando as chuvas começam cedo, também semeávamos arroz em setembro. Além disso, cultivávamos mandioca, milho e bananas. (Tia Juca, 69 anos, da comunidade Tanque do Padre)

No que tange a formação sócio-histórica, cultural e ancestral na comunidade, é de responsabilidade de todos. Contudo as mais velhas, estão sempre ali incubidas de gerir e orientar a formação desses indivíduos como quilombolas, e seu devido papel dentro da comunidade. Uma vez que os povos negros quilombolas foram interpretados de maneira pejorativa no passado, e isso influenciou o imaginário social para rejeição e preconceito contra essas pessoas, incentivou a comunidade a fazer o caminho inverso, trabalhando a exaltação dessas pessoas. Hoje enquanto quilombolas a interpretação da comunidade é que, esses indivíduos no passado tiveram coragem, de se rebelar e se constituir em um outro lugar, a fim de que seus sucessores pudesse centralizar-se nas sua origens as dinâmicas sociais, a relações parentesco e o cultivo da memória seja ela na oralidades ou no espaço físico. Aponta Costa (2017, p. 37).

No que se refere à saúde no Quilombo, o sentido de cuidar da saúde antecede o processo de adoecimento. Os membros da comunidade em seu dia a dia, vive e aprende a se curar, a cuidar da sua saúde, seja na roça, no diálogo com os mais velhos de baixo das árvores, na reflexão individual dentro desse espaço ancestral chamado terreiro ou nas águas do córrego, que serve como cura ou doença a depender de que época é o momento pra se banhar, como aponta Costa (2023, p. 32, 33, 42).

Devido ao saber hereditário que é perpetuado ao longo das gerações dentro da comunidade, as pessoas responsabilizam-se pelo cuidado do outro, no qual, se um membro estiver doente a comunidade é responsável pela sua cura, ou seja, a cura de um indivíduo da comunidade é de responsabilidade de toda a comunidade. Cabe à comunidade fazer a interpretação das necessidades de cura para o doente, onde os banhos de ervas medicinais e o sagrado se intensificam, o que liga a fé, as rezas, as consultas aos curandeiros, as promessas aos santos e o cuidado dessas pessoas pelo propósito da cura.

Entretanto, a comunidade também entende que esse olhar cosmológico deve caminhar lado a lado com as orientações médicas, referência apontada por Costa (2023, p. 37, 39) A existência desses modos, costumes e crenças, está em relação intrínseca ao saber enraizado nessa comunidade, que se encontra alicerçada na terra e no lugar que o território constitui para esses indivíduos.

3 A PANDEMIA DO COVID-19 NAS EXPERIÊNCIAS QUILOMBOLAS NO BRASIL

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS), lançou uma nota oficial, onde caracterizou a COVID-19 como um surto pandêmico. Os efeitos da doença a nível mundial foram os mais diversos, e até 15 de setembro de 2024, conforme a OMS, 776 280 466 casos foram registrados em 231 países e territórios, com 7 065 867 mortes decorrentes da doença, denominada a quinta mais mortal da história. Os sintomas da doença também foram variadamente registrados, mas no geral, entre os sintomas registrados estavam febre, tosse seca e fadiga.

A doença é caracterizada pela sua ação de transmissão e infecção do sistema respiratório, por isso várias medidas foram tomadas para amenizar o surto. Entre as medidas preventivas recomendadas, incluíam o distanciamento social, o uso regular de máscaras em ambientes públicos, higienização das mãos regularmente, cobrir a boca ao tossir ou espirrar, desinfetar superfícies e praticar o auto-isolamento em caso de exposição ao vírus ou

aparecimento de sintomas. Os tratamentos envolveu medicamentos que atuam diretamente contra o vírus, além de estratégias para controlar os sintomas.

Em resposta à pandemia, as autoridades ao redor do mundo adotaram restrições de viagens, períodos de confinamento, medidas de controle em ambientes de trabalho, quarentenas e fechamento de estabelecimentos. Além disso, muitos locais ampliaram a capacidade de testagem e o rastreamento de contatos para conter a propagação do vírus. Além disso, diversos estudos foram feitos pelo mundo, e várias vacinas foram produzidas e distribuídas desde dezembro de 2020.

No Brasil, além da realidade vivenciada pela pandemia e o isolamento social, a população teve que enfrentar diversas outras problemáticas, de cunho político, econômico e cultural. O então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), criticou amplamente os efeitos da doença, defendeu o uso de tratamentos sem eficácia comprovada pela OMS e pelos órgãos de saúde nacional, postergou a compra de vacinas e de equipamentos de urgência para o tratamento da doença, além de entrar em conflito com diversos governadores que intensificaram as medidas de prevenção e combate ao surto. Ainda no Brasil, foram confirmados 37 553 337 casos e 702 421 mortes decorrentes da doença, esse período alargou as inseguranças e as desigualdades presentes no contexto brasileiro, impondo aos marginalizados um cenário de incertezas e medo.

A chegada da pandemia do COVID-19 impôs duros desafios para populações quilombolas no Brasil, evidenciando as vulnerabilidades existentes dentro dessas comunidades. A estrutura precária de saúde nas áreas mais remotas, a dificuldade de acesso a serviços e informações, condições socioeconômicas adversas, e a lacuna de políticas públicas específicas para esses grupos, configuraram um cenário de risco elevado para a disseminação da doença e suas consequências nas comunidades quilombolas.

Segundo Givânia Silva, porta-voz da Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas (CONAQ), não houve registros nacionais disponíveis sobre a propagação e os óbitos relacionados à Covid-19 entre os quilombolas. Diante dessa ausência de dados, a CONAQ uniu esforços com suas representações regionais e o Instituto de Saúde Ambiental (ISA) para estabelecer o Observatório da Covid-19 nos Quilombos, visando suprir essa lacuna informativa. O principal propósito deste Observatório foi preencher essa carência de dados e oferecer uma alternativa possível de sistema de informação para essas comunidades.

Entre os dados do impacto da Covid-19 nas comunidades, até 17 de outubro de 2021, houve o registro de 167 mortes de quilombolas devido à doença, com mais de 4,6 mil casos confirmados e cerca de 1,2 mil pessoas sob monitoramento. O Pará liderou em número de

óbitos, com 46 mortes em comunidades espalhadas por 18 municípios, seguido pelo Rio de Janeiro, que registrou 37 mortes, sendo 30 delas na capital. Givânia explica que, em áreas turísticas, a propagação do vírus é mais rápida e muitas comunidades tentaram impor medidas de isolamento, incluindo barreiras físicas, embora com pouca autonomia em relação aos governos municipal e estadual. Além disso, ao contrário do padrão comum das comunidades quilombolas no país, o Rio de Janeiro possui quilombos urbanos, cujas condições habitacionais podem facilitar a disseminação da doença.

Em comparação, no Quilombo Tanque do Padre Pinhal, houve apenas um caso de óbito de um membro da comunidade, cujo nome era Benedito Dorotéio Bruno. Por conta desse período pandêmico todos ritos e rituais fúnebres não foram feitos, devido ao distanciamento e isolamento social, o que ocasionou dores profundas nos moradores, principalmente em sua Mãe Maria Pedrosa Bruno, uma senhora de 85 anos que não pôde se despedir de seu Filho.

O documento que apresenta o Observatório, ressalta a falta de interesse específico dos órgãos de saúde, seja nas esferas estaduais ou nacional, nas comunidades negras. O resultado que temos referente a essa deficiência são refletidos nas subnotificações e outras dificuldades, como o acesso aos exames para pessoas com sintomas. Givânia ainda afirma que, as normas de padronização de testagem, apresenta adaptabilidade, principalmente nos casos vigiados pela CONAQ, contrariando a recomendação de testar indivíduos próximos a um caso confirmado (Guimarães 2020).

Quanto às dificuldades no acesso aos serviços de saúde pública, também se mostram presentes, onde algumas comunidades quilombolas têm enfrentado obstáculos maiores. Por essa razão, o Observatório também coletou dados sobre a disponibilidade de hospitais, com ou sem unidades de terapia intensiva (UTI), em cada estado e município que abriga quilombos. Givânia lamenta que nem todas as comunidades quilombolas desfrutem de acesso regular e sistemático aos serviços de saúde, enfatizando a necessidade de se examinar não apenas os efeitos da pandemia, mas também as condições prévias das comunidades quilombolas.

O isolamento geográfico, que em tempos pré-pandemia poderia ser considerado uma barreira protetora, transformou-se em um obstáculo para o acesso a informações essenciais sobre prevenção e tratamento, bem como ao acesso a recursos de saúde. Ademais, a pandemia afetou profundamente as bases econômicas dessas comunidades, muitas delas dependentes de atividades que envolvem a circulação e interação com outras regiões, como turismo, venda de produtos artesanais e a agricultura familiar. Segundo Brito (2020) “As medidas são pensadas com olhar universal, mas na verdade esse olhar universal está mais do que provado que não atende as necessidades de grupos com processos históricos específicos, e com alto grau de

informalidade”, o que evidencia o descaso político que essas comunidades enfrentam durante o período de COVID-19.

O respaldo que ADPF 742, instrumento jurídico de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental representa um avanço no reconhecimento, e na garantia dos direitos das comunidades minoritárias durante a pandemia de COVID-19, reconheceu a necessidade de implementação de medidas específicas para combater a COVID-19 diante da vulnerabilidade social das comunidades, agravada pela pandemia. Ao contemplar especificamente grupos vulneráveis, como a população negra quilombola, no que diz respeito aos cuidados de saúde e alimentação, a medida destaca a necessidade premente de proteger essas comunidades em momentos de crise.

No entanto, a relevância da ADPF 742 vai além disso, pois ela também lança luz sobre as persistentes injustiças enfrentadas por essas comunidades, especialmente no que diz respeito à emissão de títulos de terras que garantem sua segurança e sustento. A formalização desse documento pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) ressalta a importância de se abordar não apenas as necessidades imediatas dessas comunidades marginalizadas, mas também as questões estruturais que perpetuam sua vulnerabilidade. A ADPF 742 representa, portanto, um passo significativo na busca pela justiça social e pela igualdade de direitos para todos os cidadãos brasileiros, especialmente aqueles historicamente excluídos e negligenciados.

Ao considerar o Quilombo Tanque do Padre Pinhal durante o período de propagação da COVID-19, a comunidade se viu em situação de vulnerabilidade. Apesar de sua localização na área rural oferecer alguma proteção contra a propagação do vírus, a falta de acesso a políticas públicas efetivas colocou os quilombolas em uma posição de desamparo. Este cenário marcou a presença de diversas dificuldades dentro da comunidade, entre a insegurança alimentar e a violação dos direitos enquanto povos tradicionais, com também a luta e as reivindicações por vacinas, e o luto pelo falecimento de um membro da comunidade.

Imagem 1 - Vó Pedrosa tomando a Primeira dose da vacina



Imagem 2 - Vó Nicira Tomando a Primeira dose da Vacina



Imagem 3 - Vó Nicira tomando a segunda dose da vacina



No que se refere ao atendimento institucional à saúde, a maioria da população brasileira depende do Sistema Único de Saúde (SUS), e os quilombolas do Tanque do Padre Pinhal não são exceção. No entanto, o acesso a esse sistema é frequentemente comprometido pela falta de recursos e pela subnotificação das necessidades específicas da comunidade. As políticas de saúde pública, em muitos casos, não consideram as particularidades culturais e sociais dos quilombolas, levando à percepção de que suas demandas não são uma prioridade. Portanto, é necessário que haja um tratamento adequado que respeite e incorpore os interesses e as tradições desses povos, garantindo não apenas o acesso aos serviços de saúde, mas também a proteção de seus direitos fundamentais.

A situação das comunidades quilombolas durante a pandemia ressalta a importância da implementação de políticas públicas que atendam às necessidades específicas dessas populações, tanto no contexto imediato de resposta à crise sanitária quanto no mais amplo de promoção de direitos sociais e econômicos. É necessário reconhecer a diversidade dessas comunidades, garantindo que medidas de prevenção, tratamento e vacinação sejam acessíveis e adaptadas às suas realidades, além de investir em seu fortalecimento econômico e social como medida de construção de resiliência diante de futuras crises.

4 SABEDORIA ANCESTRAL NO MANEJO DE PLANTAS MEDICINAIS PARA CURA E TRATAMENTO DA COVID19

O período pandêmico assombrou todo o globo terrestre, tudo que se ouvia nesse fenômeno social, era algo desanimador e preocupante, no Quilombo Tanque do Padre Pinhal não foi diferente. No entanto, apesar do medo, a esperança prevaleceu, alimentada pela fé nos santos, nas entidades e, principalmente, no uso de plantas medicinais. Durante a pandemia, a sabedoria ancestral transmitida pelos mais velhos intensificou-se, especialmente no uso de plantas e no manejo realizado pelos curandeiros locais, somando forças para prevenir e combater a doença causada pela COVID-19.

As matriarcas, que desempenham um papel de protagonismo nas diversas organizações da comunidade – sejam elas políticas ou econômicas – também desempenham um papel fundamental na preservação de práticas milenares. Elas são guardiãs dos conhecimentos sobre o plantio, a colheita e o uso de ervas medicinais, que se tornaram especialmente vitais durante a crise sanitária. Como menciona Costa (2017, p. 41), essas mulheres mantêm viva a tradição que se entrelaça com o cotidiano, orientando a comunidade em momentos difíceis como o da pandemia.

Essas mulheres têm as suas devoções com o divino e praticam para pedir e agradecer. [...] Elas fazem remédios curativos e preventivos como chás, banhos, escalda-pés, pachos, esfreguição. As mulheres do meu quilombo fazem repouso, dieta, simpatia. Elas conhecem os procedimentos de um parto em casa, o preparo de um ambiente. [...] As mulheres do meu quilombo sabem cuidar da pessoa doente para que ela tenha a cura física e espiritual. Mas quando a cura física não vem e chega a morte, elas sabem acompanhar o momento da agonia para o sono profundo. (Costa, 2023)

Sob a orientação das mulheres, as pessoas da comunidade aprenderam a colher e preparar as plantas de maneira adequada para tratar os sintomas da COVID-19. São inúmeras as possibilidades de aproveitamento das plantas: desde suas raízes e frutos, passando pelas folhas e flores. É essencial considerar também a dosagem correta ao preparar o chá, o momento ideal para seu consumo e a duração do tratamento, saberes que são ensinados desde a infância. Essas práticas de medicina ancestral, longe de serem uma alternativa exclusiva, sempre caminharam lado a lado com as vivências da comunidade, não invalidando o acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas complementando os cuidados convencionais dos moradores, processo que é diariamente vivenciado, interpretado, associado, e internalizado de forma lúdica pela comunidade.

Imagem 4 - Vó Nicira colhendo erva-de-bicho³



Imagem 5 - Vó Lucinda colhendo ervas



No Quilombo, espécies como o gerbão, a ânxima amarela, o algodão do largo e a erva de bicho, são exemplos de ervas que foram amplamente utilizadas pela comunidade. O gerbão

³ Imagem retirada de: COSTA, Benedita Rosa da. **Quilombo Tanque do Padre**: memória, narrativas e vivências. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG. Cuiabá-MT, 2017.

foi utilizado em chás para aliviar sintomas adversos, enquanto a ânxuma amarela foi aplicada como anti-inflamatório natural. O algodão do largo, conhecido por suas propriedades calmantes, foi usado em infusões para combater a ansiedade e a insônia, comuns durante o período do isolamento. Já a erva de bicho foi empregada em compressas e banhos terapêuticos para tratar dores e inflamações. Esses conhecimentos, compartilhados especialmente pelas mulheres mais velhas da comunidade, não apenas reforçaram a conexão com a natureza, mas também destacaram a resiliência e a autonomia diante das dificuldades impostas pela crise sanitária.

Para prevenir da COVID-19, a gente toma chá caseiro, por exemplo, chá de São Caetano, folha de algodão, raiz de gerbão e todos os cuidados como, lavar as mãos com água e sabão. Os chás são para cuidar da gripe, do resfriado, como a covid-19 é semelhante o resfriado, então a gente toma esses remédios, como a vassourinha são anti-inflamatório natural. A gente toma isso para desinflamar as vias respiratórias. Com isso, a gente está se tratando. (Rosária Leite)

No entanto, a valorização das plantas medicinais é muito mais do que um simples recurso de saúde. Para os quilombolas do Tanque do Padre Pinhal, essas práticas fazem parte de uma filosofia ancestral que conecta a comunidade ao território e às suas tradições.

Para o quilombola, a terra como elemento natural de usufruto, a terra é vida, é mãe. Ela gera, pare, cria, alimenta e ensina. A terra representa o começo e o fim da vida porque nela tudo nasce e depois morre. A terra que previne, que cura. Na terra se demarca o tempo cronológico, o passado, o presente, o futuro, e estabelece relação entre eles. A terra é o lugar de preservação da identidade e do meio ambiente. É o lugar onde se relaciona com a natureza. A terra é a liberdade, a riqueza, a economia, o desenvolvimento, o progresso, a civilização, o patrimônio. (Costa, 2023)

Os modos e sentidos de cultivar e preservar os saberes são repassados constantemente às gerações mais jovens, que mantêm vivas as tradições e costumes locais, valorizando e dando novas formas e sentidos à identidade quilombola. Como relata Rosália Leite, moradora do quilombo.

Hoje a gente tem que ensinar. Eu sempre procuro passar para 2 (dois) meninos que eu crio. Eu falo: olha, tem que plantar, é importante plantar. Tem que valorizar isso. Tem que plantar porque é daqui que sai o alimento. Compra? Compra sim, mas aquilo mais básico mesmo. O resto como mistura, o maxixo outras coisas a gente pode plantar, cultivar na roça. (Rosária Leite)

Gabriel, outro morador do quilombo relata:

Eu sou quilombola e estou aprendendo com vovó. Algumas coisas que vovó me fala, as plantações que ela ensina, plantar. Eu venho aprendendo com ela. E isso para mim é um conhecimento tão grande. Sobre plantar maxixo, mandioca, banana, milho. Isso tudo é um conhecimento para mim. Faz parte de mim, do conhecimento quilombola, porque eu vivo disso (Gabriel).

A sabedoria ancestral também se manifesta na interação com a natureza, o que vai além do uso medicinal das plantas. Quando a geração dos anos 70 se encontra sob as sombras dos pés de jacoteiro ou ciriguela, os assuntos são repletos de recordações: os banhos de córrego, as colheitas de milho e mandioca, e o cultivo de batatas. Viver no quilombo é uma bênção, pois é viver em harmonia com a terra, despertando com o canto dos pássaros e dormindo ao som do sossego.

O terreiro é lugar de interação, relação, inter-relação. É um espaço individual e coletivo, de grupos. O terreiro é lugar de socialização, de sonhar, esperar, acreditar, prosperar, também, espaço de solidarizar. Está internalizado no quilombola que o terreiro é espaço de vida e apropriado por ele como a continuação da cultura. No terreiro, o quilombola expõe os saberes herdados, visibiliza e sai do silenciamento (Costa, 2023)

Viver no Quilombo é uma bênção dos deuses ou deusas, essa conexão profunda com a natureza e o tempo, onde o ritmo das estações e das colheitas guia o cotidiano, é o que perpetua a resistência e o aprendizado de séculos. No Tanque do Padre Pinhal, essa ligação não se perde. O manejo das plantas medicinais e o cuidado com a terra são uma extensão do cuidado com a comunidade e com sua história, um testemunho vivo de resiliência, identidade e sabedoria transmitida de geração a geração.

5 CONCLUSÃO

O racismo estrutural, que permeia as políticas públicas no Brasil, se fez sentir de forma contundente durante a pandemia. As comunidades quilombolas, historicamente excluídas e negligenciadas pelo Estado, foram deixadas à margem dos programas de vacinação e dos cuidados de saúde. Estudos apontam que a mortalidade entre populações negras e quilombolas foi maior devido à dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e à subnotificação dos casos de COVID-19 nessas comunidades. As falhas institucionais revelaram a falta de prioridade dada aos grupos vulneráveis, reforçando a perpetuação das desigualdades raciais e sociais no Brasil.

Os desafios enfrentados pelo Quilombo Tanque do Padre Pinhal durante a pandemia da COVID-19 expuseram, de forma ainda mais severa, as violações de direitos que a comunidade já vivia, atuando o Estado como o maior violador de seus direitos. A pandemia trouxe novos impactos que agravaram o racismo estrutural, refletindo as disparidades históricas entre negros, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais (Almeida, 2019). Durante a crise de saúde global, essas desigualdades se intensificaram, o acesso desigual aos cuidados de saúde e às vacinas, somado à ausência de políticas públicas específicas para as comunidades quilombolas, deixou o Tanque do Padre Pinhal em uma posição de extrema vulnerabilidade.

Frente a essas dificuldades, a comunidade se mostrou resistente, adotando diversas estratégias de cuidado e sobrevivência. As práticas tradicionais de cuidado, como o uso de plantas medicinais e o fortalecimento dos laços comunitários, foram essenciais para minimizar os impactos da COVID-19. O conhecimento ancestral das matriarcas foi intensificado, com a sabedoria sobre o manejo de ervas, sendo transmitida para as gerações mais novas, ajudando a prevenir e tratar os sintomas da doença. Além disso, a organização comunitária se mostrou vital na distribuição de alimentos e no apoio mútuo, com os moradores se ajudando no cultivo e manutenção das roças, garantindo a subsistência alimentar nesse momento de crise.

Assim, a experiência do Quilombo Tanque do Padre Pinhal diante da pandemia de COVID-19 ilustra a interseção entre vulnerabilidade e resistência. A luta por vacinas, pela garantia de segurança alimentar digna e a garantia dos direitos constitucionais, diante da negligência das políticas públicas, destaca a necessidade urgente de atenção e ações efetivas que assegurem a dignidade e a saúde das comunidades quilombolas.

A construção de um sistema de saúde que leve em conta as especificidades dessas comunidades é um passo fundamental para promover a equidade e a justiça social, garantindo que esses povos sejam tratados com a importância que merecem. E nesse contexto, o Quilombo Tanque do Padre Pinhal se viu não apenas lutando contra uma crise sanitária, mas também contra séculos de exclusão e racismo. No entanto, a resiliência e a capacidade de adaptação da comunidade mostraram-se fundamentais, evidenciando a força das tradições e da organização coletiva como estratégias de sobrevivência em tempos de adversidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUTI, José Maurício. **O impacto da Covid-19 sobre as comunidades quilombolas.** 2021.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. **Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009

BISPO, Antônio santos. **Colonização, Quilombos: modos e significados.** INCT. Brasília, 2015.

BISPO, Antônio santos. **Quilombos, Modos e Significados.** Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.

BRASIL. **ADPF 742 MC.** Brasília, 17 de setembro de 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15344483490&ext=.pdf>. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: jul. 2024

BRASIL. Decreto n. 4887, de 20 de novembro de 2003. República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 de nov. 2003

BRITTO, Débora. **Quilombolas temem impacto do coronavírus e sofrem com descaso.** Marco Zero. 15 abr. 2020. Disponível em: <https://marcozero.org/quilombolas-temem-impacto-do-coronavirus-e-sofrem-com-descaso/>. Acesso em: jul. 2024.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **ADPF 742: voto favorável do relator não contempla todas as demandas da população quilombola manifestadas na ação.** 19 de fevereiro de 2021. Disponível em: <http://Conaq.org.br/noticias/adpf-742-em-julgamento/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

COSTA, Benedita Rosa da. **Quilombo Tanque do Padre: memória, narrativas e vivências.** Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMG. Cuiabá-MT, 2017.

COSTA, Benedita Rosa da. **Comunidade Quilombola Tanque do Padre Pinhal, Poconé-MT: Identidade, Memória e Territorialidade.** Programa de Pós-graduação em Educação, UFMG. Cuiabá-MT, 2023.

DEALDINA, Selma. **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas.** Jandaíra: São Paulo, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnográfica, Lisboa, v. 2008

LOPES, Ivonete da Silva; LEAL, Daniela de Ulysséa. Entre a pandemia e o negacionismo: a comunicação de riscos da Covid-19 pelo governo brasileiro. Chasqui - **Revista Latinoamericana de comunicación**, v. 1, n. 145, p. 261–280, 2020.

MOURA, Glória. O Direito à diferença. In: MUNAGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de Ação Afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas**. In. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e identidade nacional**. Annablume, 2013.